



[Handwritten signature]
[Handwritten number 11]

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

Câmara Municipal de Oliveira do Hospital

ATA Nº27/2022

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022**

Processo GD: 2022/150.10.701/31



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----ATA N.º 29/2022 -----

-----Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu **extraordinariamente** a Câmara Municipal, sob a Presidência de **José Francisco Tavares Rolo**, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Francisco José dos Santos Rodrigues, Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Sandra Margarida Matias Andrade Fidalgo, Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro e Rui Daniel Dias Fernandes.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, eram dez horas, após o que se deu início à apreciação dos seguintes assuntos, constantes da respetiva Ordem do Dia, previamente remetida a todos os membros do executivo, encontrando-se todos os documentos de suporte infra referidos, arquivados no Sistema de Gestão Documental do município - Processo n.º 2022/150.10.701/31: -----

ASSUNTOS

1 - RATIFICAÇÕES:-----

1.1 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (ENCERRAMENTO) DE TODOS OS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

U.D.E.S./DOC.1

-----Considerando que em reunião ordinária realizada no passado dia 24/11/2022, depois de auscultados, todos os membros do órgão executivo foram unânimes quanto ao alargamento do horário de funcionamento (encerramento) de todos os estabelecimentos de restauração e bebidas do concelho de Oliveira do Hospital no período Natalício e de Final de Ano que irá decorrer durante o mês de dezembro, a Câmara Municipal nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara, exarado em 29/11/2022, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante esta ata, que autorizou, a título excecional, fixar os seguintes horários de encerramento de todos os estabelecimentos de restauração e bebidas do concelho de Oliveira do Hospital, devidamente licenciados para o efeito, durante o período Natalício e de Final do Ano, acrescendo aos mesmos os 30 minutos de tolerância já a vigorar:

- De 4ª feira para 5ª feira – encerramento às 03h00 (do dia 01.12.2022);-----
- De 4ª feira para 5ª feira – encerramento às 03h00 (do dia 08.12.2022);-----
- De 6ª feira para sábado – encerramento às 03h00 (do dia 17.12.2022);-----
- De sábado para domingo – encerramento às 03h00 (do dia 18.12.2022);-----
- De 6ª feira para sábado – encerramento às 03h00 (do dia 24.12.2022);-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----· De sábado para domingo – encerramento às 03h00 (do dia 25.12.2022); -----
-----· De 6ª feira para sábado – encerramento às 03h00 (do dia 31.12.2022); -----
-----· De sábado para domingo – encerramento às 03h30 (do dia 01.01.2023); -----
-----Mais foi deliberado, por unanimidade, dar conhecimento da presente deliberação ao Serviço de Atendimento Multicanal (Balcão Único) para que o teor da mesma seja transmitido à G.N.R. local. -----

2 - INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA -----

2.1 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, CONSTITUÍDAS PELO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES, PARA OS ANOS DE 2023/2028; O ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA 2023 E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL; A PROPOSTA DE REGIME DE VINCULAÇÃO, CARREIRAS E REMUNERAÇÕES E O MAPA DE PESSOAL AO SERVIÇO NA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2023 -----

D.A.G.F./DOC.2

-----Foram presentes pelo Presidente da Câmara as Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para os anos de 2023/2028; o Orçamento da Receita e da Despesa para 2023 e Plano Orçamental Plurianual; a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2023, que nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro e do n.º 4 do artigo 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, acompanham a proposta de Orçamento. -----

-----Na apresentação do assunto acima identificado, o Presidente da Câmara prosseguiu destacando os objetivos e as obras que considera serem fundamentais e prioritários nos documentos em análise, cuja intervenção a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----“A proposta de Orçamento da Receita e da Despesa para 2023 e Plano Orçamental Plurianual e de Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para os anos de 2023/2028, é uma proposta assumidamente prudente em face do momento que vivemos. O Orçamento ascende a 34.125.000 euros e as GOP a 25.125.275 euros. Verifica-se um decréscimo do Orçamento em relação a 2022, na ordem de 1.100.000 euros, muito por força de um conjunto de intervenções municipais executadas ao abrigo de candidaturas a programas de financiamento comunitário uma vez que as obras vão sendo executadas, como é o caso das empreitadas do Campus Educativo e da Expansão Sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital bem como da aquisição dos correspondentes lotes e que originaram esta mesma redução no Orçamento. Um outro aspeto relevante e que tem sido muito debatido nos últimos tempos é a questão do equilíbrio financeiro do Orçamento, já que ao contrário de outros municípios que pelo que percebemos estão com dificuldades neste domínio, os documentos em análise têm garantido o princípio do equilíbrio financeiro, o que para nós é fundamental. Ou seja, o equilíbrio entre as receitas correntes ser igual ou superior às despesas correntes mais os gastos com amortizações e empréstimos que no ano de 2023 terão algum crescimento. Este Orçamento foi elaborado tendo por base várias prioridades. A primeira prioridade é concluir um conjunto de intervenções municipais executadas ao abrigo de candidaturas a programas de financiamento comunitário, cujo objetivo é executar, concluir e obter os respetivos reembolsos e se possível ainda aceder à bolsa de recuperação. A segunda prioridade é apoiar os cidadãos e as famílias em situação de carência económica por força da inflação dos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

orçamentos familiares a fim de evitar situações de rutura. Outra das premissas é executar projetos já aprovados no PRR, onde se encontra inscrito o maior investimento de sempre deste município com financiamento comunitário e que é a construção da nova Área de Acolhimento Empresarial e da respetiva Comunidade de Energia Renovável e ainda executar os projetos já aprovados no âmbito do PRR assim como os contratos programa celebrados com o Governo para modernização de diversos equipamentos municipais e outros em parceria. Uma outra das premissas é cumprir com os compromissos financeiros no âmbito da delegação de competências com as Freguesias do concelho e ainda realizar uma gestão financeira prudente e equilibrada no contexto de inflação crescente. Um outro aspeto relevante diz respeito ao planeamento, ou seja, preparar o acesso aos fundos comunitários do Portugal 2030 e negociar os Fundos do Pacto da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Dizer ainda que outro dos objetivos é claramente a conclusão do processo de Revisão do PDM de Oliveira do Hospital de modo a salvaguardar investimentos públicos ou privados e rasgar outros horizontes para o Município. -----

-----Em termos de objetivos e programas das GOP, dizer o seguinte: -----

-----no domínio da Educação e Formação Profissional, regista-se uma redução do investimento muito por via da execução do Campus Educativo;-----

-----na área da Cultura, Desporto Juventude e Tempos Livres, verifica-se um crescimento do investimento muito pela necessidade de execução dos Contratos Programa, nomeadamente no Estádio Municipal;-----

-----no objetivo Família, Solidariedade e Ação Social, há um forte crescimento do investimento percentual muito por força das verbas para apoio social;-----

-----na área da Saúde, regista-se também um forte crescimento do investimento por força da inscrição do projeto que foi objeto de candidatura para a remodelação do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital;-----

-----no que se refere ao objetivo Habitação e Urbanismo, regista-se uma ligeira redução do investimento;-----

-----no objetivo Saneamento e Salubridade há um crescimento do investimento;-----

-----no objetivo Segurança e Proteção Civil, apesar da existência de mais duas EIP o investimento vai ser um pouco reduzido por ação da execução já desenvolvida no Centro Municipal de Proteção Civil;-----

-----no objetivo que diz respeito ao Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, verifica-se também uma redução do investimento que acresce no domínio Mercados e Feiras e nos investimentos dinamizadores da atividade económica por via da componente "Abastecimento de Água" e "Águas Residuais" ter passado através do Contrato de Gestão Delegada para APdSE; --

-----na área Comunicações e Transportes também há uma redução do investimento;-----

-----no domínio da Defesa do Ambiente regista-se um aumento do investimento;-----

-----no objetivo Modernização dos Serviços verifica-se também um aumento do investimento; --

-----nas Freguesias mantém-se o apoio;-----

-----acresce ainda a administração financeira muito por via do aumento da taxa de juros associada aos empréstimos. -----

-----Genericamente são estas as indicações que tenho a transmitir-vos e que considero necessárias à boa compreensão e interpretação dos documentos em análise para o ano de 2023." -

-----Depois da apresentação da proposta em análise, o Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Vereadores para se pronunciarem sobre o assunto em debate, tendo intervindo pela ordem seguinte e com a argumentação seguinte, os eleitos: -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Usou da palavra o vereador Francisco Rodrigues, que em nome da Coligação PPD-PSD/CDS-PP começou por referir que “obviamente que cumprindo o nosso dever do exercício de oposição, construtiva e vigilante relativamente à ação do executivo, analisámos tanto quanto nos foi possível e com a pouca antecedência que nos foi dada para o efeito, os documentos que nos foram facultados. Lamentamos, porém, que o relatório de análise destes mesmos documentos só nos tenha sido distribuído pouco tempo antes do início desta reunião, pelo que preparámos a seguinte declaração conjunta que relata a nossa posição em relação à proposta que nos foi apresentada, que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----“*Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal!*-----

-----*Perante a versão rudimentar dos documentos respeitantes às propostas de Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2023/2026 e de Orçamento para 2023, não podemos deixar de salientar, com grande sentido crítico, o facto de, mais uma vez, os documentos em discussão nos terem sido proporcionados com um prazo de antecedência que, não apenas não cumpre a lei, como, pior do que isso, não cumpre os mínimos de exigência em termos de lealdade para com os membros da oposição e o sentido de respeito democrático. Ainda mais quando se trata de apreciar e votar os principais documentos de relevância estratégica nesta autarquia.*-----

-----*Aliás, pior do que isso só mesmo o que se passou com os documentos referentes aos restantes pontos da Ordem, os quais nem sequer foram disponibilizados previamente à realização da reunião. E não falamos de assuntos de menor relevância, antes pelo contrário, uma vez que se trata, por um lado, de uma proposta referente à empreitada da “Requalificação e Refuncionalização do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas e da Casa da Cultura”, o que já é há muito tratado como o pior exemplo de uma empreitada pública sob responsabilidade direta de uma autarquia local, aliás, elevada recentemente ao estatuto de escândalo nacional com reportagem num dos três grandes canais generalistas da televisão portuguesa e, por outro lado, de uma proposta para aprovação de revisão extraordinária de preços na empreitada referente ao Lote A da “Requalificação do Centro Histórico de Oliveira do Hospital” e que, ao que parece, é a condição para que, finalmente, esta empreitada seja iniciada, quase dois anos e meio depois de assinado o respetivo contrato de empreitada. Já o disse antes, e reforço: se a empreitada tivesse sido realizada no seu prazo normal de realização, já estaria pronta e sem necessidade de ter a Câmara Municipal que suportar, pelo menos, mais de 370.000 euros de excesso de custos a acrescer ao seu valor de contrato, que foi de 1,2 milhões de euros.*-----

-----*Daí um primeiro comentário quanto à forma, também ela muito sintomática da impreparação que é cada vez mais evidente no modo de funcionamento e de tomada de decisões por parte desta Câmara Municipal.*-----

-----*Quanto ao conteúdo propriamente dito dos documentos respeitantes às propostas de Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2023/2026 e de Orçamento para 2023, os mesmos merecem-nos um conjunto de comentários e opiniões que, com o sentido de responsabilidade que tem pautado a nossa prestação enquanto oposição neste Executivo, entendemos proferir nesta oportunidade.*-----

-----*A saber:*-----

-----*1 - O Orçamento para 2023 apresenta-se com um valor total de 34.125.200 €, inferior em – 3,27% em relação à proposta de Orçamento do ano anterior, pelo que, só por isso, não é de novo o “Orçamento mais Mentiroso de Sempre”.*-----

-----*2 - Porém, mesmo tendo sido reduzido em 1,154 milhões de euros, a proposta para 2023 continua caracterizada por um enorme empolamento do lado das receitas, para que por essa via,*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

possam ser inscritas, do lado da despesas, muitas propostas completamente irrealistas, cuja impossibilidade de concretização a realidade se encarregará de demonstrar lá mais à frente. -----

-----3 - Aliás, o que dissemos em relação ao Orçamento para 2022, neste mesmo sentido, está agora a ser comprovado exatamente pelo facto de que esse orçamento brutalmente empolado não apresenta uma realização de mais de 50% do previsto inicialmente, demonstrando precisamente ter sido “um orçamento fantasioso, insuflado artificialmente para tentar transmitir uma dimensão que não tem (...), e ao qual não se pode reconhecer qualquer credibilidade. -----

-----4 - Portanto, tendo sido testado ao longo dos últimos anos este recurso persistente ao empolamento dos orçamentos, levado ao extremo no ano de 2022, sempre com os mesmos resultados, a proporcionarem um humilhante contraste entre a exorbitância das propostas e a crueza dos resultados obtidos no final de cada exercício, era tempo de encarar a realidade com outro sentido de responsabilidade e sobretudo com outra abordagem. -----

-----5 - De facto, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, ainda que sejam documentos com um forte pendor político, e por isso são objeto de escrutínio ao mais alto nível institucional, não são apenas isso, ou melhor, são muito mais do que isso. As suas propostas devem refletir um verdadeiro sentido estratégico, com um efeito orientador das decisões a tomar ao longo de um período económico específico, que possa ser assumido como um instrumento determinante para a ação, não apenas de cada um dos responsáveis políticos a quem deveria caber o seu cumprimento no âmbito dos respetivos pelouros, mas também servir de rumo a toda a estrutura orgânica de suporte ao funcionamento da Câmara Municipal. 6 - Todos sabemos que não é isso que acontece e é por isso que em cada final de ano contamos um número tão elevado de modificações orçamentais, demonstrando que o normal é navegar à vista e em reação aos acontecimentos, em vez de seguir um caminho estratégico, que seja capaz de responder aos desafios que o futuro do concelho nos exige. -----

-----7 - Por outro lado, não podemos deixar de nos surpreender com outros dados que são possíveis de retirar destas propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano, sobretudo em relação ao conteúdo concreto de algumas matérias nelas incluídas. -----

-----8 - Desde logo, quando estamos perante um Orçamento de mais de 34 milhões de euros, que normalmente não executa mais de 18 milhões, era expectável que nele estivessem incluídos os principais projetos nos quais devíamos basear o desenvolvimento futuro do nosso território, mas, a verdade, é que não é isso que acontece em larga medida. Vale a pena salientar alguns exemplos: --

-----8.1 - As novas instalações da ESTGOH, essenciais à sobrevivência e consolidação da mesma, só têm despesa prevista para 2024 e 2025. Portanto, um grande projeto adiado; -----

-----8.2 - As atuais instalações, cujas obras de reparação e manutenção são extremamente urgentes para garantir no presente um funcionamento minimamente digno, apenas são contempladas com uma previsão de 25.000 €, o que é ridículo face às necessidades. Esta que foi uma das sugestões dos membros da oposição, mostra bem o quase inexistente nível de atendimento que foi dado pela maioria aos contributos dos vereadores eleitos pela Coligação “Unidos para Construir o Futuro”; -----

-----8.3 - Ainda na área da Educação, carece de explicação o facto dos projetos de intervenção na estrutura rodoviária da Cidade, que interferem com o Campus Educativo de Oliveira do Hospital, tenham também a sua execução protelada para 2024 e 2025. Referimo-nos, claro, à Variante Sudeste de ligação à Zona Industrial e, sobretudo, aos arruamentos circundantes ao Campus Educativo. E, portanto, a pergunta recorrente é: não era suposto que todas estas obras



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

decorressem em simultâneo, para que se complementassem mutuamente e para que pudessem entrar simultaneamente em funcionamento no início do ano letivo 2023/2024? -----

-----8.4 - Em termos de previsão de outros investimentos em matéria de Comunicações e Transportes e sem querermos ser exaustivos como o temos sido noutras ocasionais, com referências a exemplos concretos, não podemos deixar de dar o devido relevo à ausência de previsão nas GOP's de uma referência à Requalificação da Av. Dr. António Afonso Amaral, entre Catraia de São Paio e Oliveira do Hospital, que foi objeto de discussão neste Executivo em diversas ocasiões e em relação à qual todos os membros do executivo em permanência se manifestaram concordante com a urgência de intervenção nesta via. Pena que se tenha que constatar agora a convicção, ou falta dela, com que na altura se manifestaram a favor dessa necessidade. -----

-----8.5 - Os projetos estruturantes na área do desporto, como sejam o Pavilhão Multiusos e o novo Complexo Desportivo Municipal não passam uma vez mais de uma miragem, na medida em que, estando inscritos em GOPS's só têm previsão de realização em anos seguintes e nada de significativo para 2023. -----

-----8.6 - No mesmo âmbito, é também inexplicável que a Reabilitação do Complexo das Piscinas e Campos de Ténis Municipais, cujo financiamento externo foi já obtido e tão pomposamente tornado público, seja também relegada na sua maior expressão financeira para o ano de 2024, dando mais razão de ser ao apelo por nós expressado para que esta não se venha a transformar em mais uma "obra de Santa Engrácia" a que o executivo em permanência tanto nos tem habituado. -----

-----8.7 - Nas áreas da Ação Social e da Saúde o panorama é idêntico ao expressado anteriormente. Ou seja, a requalificação do Lar Sarah Beirão de Travanca de Lagos e do seu edifício anexo é também deslizada para 2024 e, muito pior do que isso, com todas as más conclusões que daí se podem tirar, é o facto das obras de ampliação e requalificação do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital estarem elas próprias arrastadas para 2024 e 2025. E aqui é caso para questionar o executivo em permanência: não foi assinado um protocolo com a Administração Regional de Saúde que elegia esta intervenção como prioritária? Não estava este projeto "sinalizado" no PRR para financiamento? Ou será que isso afinal já não é tão verdade quanto aquilo que foi dito na altura da discussão do Protocolo? Não há já um projeto de execução disponível, executado em alta velocidade, que permite avançar de imediato com a empreitada? Ou será a tão proclamada boa situação financeira da Câmara que afinal já não será tão boa quanto isso? Exigem-se respostas, porque o povo oliveirense tem mais do que direito a elas. -----

-----8.8 - O mesmo tipo de perplexidade existe, da nossa parte, em relação ao tão proclamado grande investimento no domínio da Estratégia Local de Habitação, cuja execução é também arrastada para 2024 e 2025. Não havia já financiamento do PRR destinado a estas intervenções? Que razões aceitáveis há para que não possa haver qualquer realização ainda em 2023? Com a pressão tão forte que há em relação ao cumprimento de prazos no PRR não é a própria capacidade de aproveitamento efetivos dos fundos que fica em causa? -----

-----8.9 - Já o mesmo, não estranhamos em relação ao arrastamento das despesas previstas para 2024, 2025 e 2026 em relação à Área de Acolhimento Empresarial de Nogueira do Cravo. De facto, a avaliar pela capacidade de realização que tem sido demonstrada na Expansão Sul da Zona Industrial, de certeza que a sua concretização irá muito para lá de 2026. O que lamentamos porque, esta sim, é mais uma iniciativa com elevado efeito estratégico e estruturante do desenvolvimento económico e social que se pretende para este concelho. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----9 - Já que falamos em Áreas de Acolhimento Empresarial, nunca é demais lembrar o enorme atraso na execução da empreitada da Expansão Sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, cujo ritmo de desenvolvimento é miserável, de tal modo que para 2023, continua prevista uma verba de 810 mil euros, mais de metade do valor da empreitada adjudicada.-----

-----10 - E ainda a respeito de Zona Industrial, outra perplexidade: estando prevista uma verba de apenas 50 mil euros para aquisição de terrenos, como é que pretende a Câmara Municipal satisfazer o pagamento de cerca de 600 mil euros determinado em tribunal como valor a pagar pela expropriação das parcelas que, por iniciativa do executivo em permanência, foram levadas para expropriação litigiosa? -----

-----11 - E o tal projeto revolucionário de Valorização da Zona Industrial existente, com a criação da Comunidade de Energia Renovável, também é arrastado para 2024, 2025 e 2026. Ao menos, desejamos nós, que a verba de 500 mil euros prevista para 2023 responda, de facto, às enormes necessidades que a parte norte, existente, da Zona Industrial apresenta, ao nível de pavimentos, passeios, zonas de estacionamento e outras infraestruturas básicas.-----

-----12 - Há um ano atrás dizíamos, em relação ao projeto designado por “Requalificação Urbanística da Cidade – Programa “Cidade FuturOH 20-30”” que, perante uma verba inscrita de 4,5 milhões de euros para construção de habitações, era caso para questionar se o executivo em permanência pretendia transformar o Município no grande promotor imobiliário do concelho. E perguntávamos como é que se pretendem investimentos tão avultados em habitação e não são previstos investimentos compatíveis nas infraestruturas, rodoviárias e outras, que hão de envolver essa habitação? Hoje, um ano depois, confirmamos aquilo que sempre nos pareceu, ou seja, é mais um projeto de propaganda política, sem qualquer conteúdo estratégico significativo, que vai arrastar-se de orçamento em orçamento, sempre com previsão de despesas para os anos seguintes, sem qualquer realização efetiva.-----

-----13 - Só que não são estes os projetos que contribuem para o empolamento dos orçamentos, ano após ano, porque estes, tal como os anteriores, só têm alguma expressão financeira nos anos seguintes àqueles a que o empolamento se refere. O verdadeiro empolamento surge dos sucessivos arrastamentos das obras e das necessidades que já deviam estar resolvidas há muito tempo atrás. Obras que tinham um calendário próprio para serem realizadas e que, por ineficiências diversas e por incapacidade de decisão nos momentos próprios por parte da Câmara Municipal, na sua posição de dono de obra, levam a que sejam realizadas muito mais tarde, a que fiquem muito mais dispendiosas e a que os seus custos de funcionamento se tornem ainda mais agravados. -----

-----14 - Por exemplo, o que se passa com as obras já concluídas, relativas à Requalificação do Centro Histórico da Cidade, para que tenham uma previsão de despesas para 2023 tão elevada? --

-----15 - Como é possível que o Lote A da mesma Requalificação, ainda não iniciado, que foi adjudicado por 1,2 milhões de euros, tenha uma previsão de despesas de 1,8 milhões de euros, mais 600 mil euros, portanto, repartidos entre 2023 e 2014?-----

-----16 - Porquê continuar a prever despesas de 170.000 € para a Requalificação do Açude da Ribeira, quando a 6.ª prorrogação e supostamente a última, determina o fim do prazo em 28 de dezembro do presente ano? Ou serão já os custos para o seu desmantelamento?-----

-----17 - Como é explicável que a empreitada relativa ao Campus Educativo mantenha uma previsão de despesa para 2023 de 2.75 milhões de euros, que é mais de metade do valor total da mesma? -----

-----18 - Só em matéria de Higiene Pública, o mesmo é dizer, recolha de resíduos sólidos urbanos, a despesa prevista já vai em quase 1,2 milhões de euros, essencialmente em despesa



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

corrente, porque não se vislumbra nada em matéria de investimentos de modernização, nomeadamente na ampliação da rede de ilhas ecológicas enterradas. -----

-----19 - Já que falamos em despesas correntes, a proposta de Orçamento deixa bem claro que são essas as opções preferenciais do executivo em permanência no que respeita à realização de despesas. De facto, num concelho que tanto precisa de investimentos para alavancar o seu futuro, é incompreensível que este mesmo executivo em permanência faça aumentar as despesas correntes em mais 1,7 milhões de euros face à proposta do ano anterior, (+ 19,89%), quando para as despesas de capital, aquelas que incluem os investimentos estruturantes, essenciais à preparação do nosso desenvolvimento futuro, reduzem-se em 3,4 milhões de euros (- 17,44%). -----

-----20 - Ou seja, é um Orçamento que desce no seu total 1,154 milhões de euros, mas que desce mais do dobro nas despesas de capital, ao contrário das despesas correntes, tantas delas supérfluas e completamente inúteis em termos de criação de retorno e vantagens para o concelho, que crescem muito acima do que seria razoável. Muitas delas que nem sequer são objeto do necessário escrutínio político a que deviam estar obrigadas, como é o caso da celebre rubrica "Outros serviços", que atinge desta vez um record máximo de 4,3 milhões de euros, mais 1 milhão de euros do que a previsão do ano de 2022. Mas também muitas outras dessas despesas correntes que, em concreto, são para libertar o Estado Central de algumas das suas obrigações financeiras, porque correspondem às tais transferências de competências, impostas antidemocraticamente às autarquias locais, sem as devidas contrapartidas financeiras, ou outras ainda que estão fora desse formalismo, nomeadamente em matérias de proteção civil, apoio à covid 19 e tantas outras, em que as autarquias têm que intervir para suprir a ausência de respostas das entidades nacionais e regionais. -----

-----21 - Claro que, para isso, houve que prever receitas completamente irrealistas, muito para lá do que seria razoável, como a realidade no final de cada ano demonstra sempre, inexoravelmente. -----

-----Face a tudo o que fica dito e ao muito que fica por dizer, estas são propostas que não colhem a mínima concordância ou uma suficiente complacência por parte dos vereadores da Coligação PSD/CDS - "Unidos para Construir o Futuro". -----

-----Daí que o seu sentido de voto não possa deixar de refletir as inúmeras discordâncias com o percurso, muito negativo, que tem vindo a ser seguido, não por falta de lealdade política da parte da oposição, acrescentada tantas vezes com recomendações e sugestões, apresentadas sempre num espírito construtivo, mas sempre liminarmente rejeitadas pela maioria, mas, exclusivamente, por efeito das escolhas, das ações e, sobretudo, das omissões por parte de quem recebeu o mandato maioritário do povo oliveirense para representar e defender os seus direitos e interesses e que, por manifesta impreparação, não conseguiu, sequer, chegar perto disso. -----

-----Votamos contra, convictamente e com elevado sentido de responsabilidade. -----

-----Oliveira do Hospital, 30 de novembro de 2022-----

-----Os Vereadores Eleitos pela Coligação PPD/PSD.CDS-PP -----

-----Francisco Rodrigues-----

-----Sandra Andrade Fidalgo-----

-----Rui Daniel Fernandes"-----

-----A vereadora Graça Silva interveio realçando que "no seguimento da declaração apresentada pelos membros da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, apenas tenho a dizer que obviamente que aquilo que foi dito e elencado contradiz-se um pouquinho e parece-me que se fizessem este Orçamento também se contradiziam a não ser que estejam numa bolha diferente da nossa. É que as



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

empolado, temos aqui propostas que podem ser até, (e utilizando o adjetivo que foi utilizado na declaração apresentada pelos eleitos da Coligação PPD-PSD/CDS-PP) “fantasiosas” ou de “ambição desmedida”, mas julgo que se algumas fossem incluídas no imediato o Orçamento teria um valor bem superior e a crítica seria a mesma. Por outro lado, se considerarmos as obras que estão em curso e que no passado poderão também ter sido consideradas de “ambição desmedida” ou de “fantasia” mas que não tivessem sido enquadradas e projetadas nesta altura, provavelmente hoje não estariam em desenvolvimento e outras inclusive concluídas. Estes documentos refletem também a importância da manutenção da sustentabilidade financeira deste município; a valorização do território; a qualidade de vida dos munícipes; o ambiente; a educação; as medidas de apoio social e económico e, naturalmente, o apoio às famílias já que se perspetiva novamente uma necessidade emergente assim como o apoio aos empresários locais. Julgo que é um Orçamento que transmite o nosso empenho, o nosso rigor e a nossa responsabilidade mas também a contenção e a forma transparente com que pretendemos trabalhar, sempre com grande proximidade aos oliveirenses. -----

-----No que se refere ao domínio do Desporto e sendo uma área que cresceu em termos de perspetiva de investimento, e tal como já aqui foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara, para além da valorização e do reconhecimento que o município faz ao trabalho que é feito no âmbito do associativismo desportivo, o Orçamento considera uma importante rubrica destinada a apoiar o associativismo desportivo mas também contempla a melhoria das infraestruturas municipais, considerando a importância da utilização destes equipamentos nas diversas áreas, seja social, educação, desporto ou de lazer e aqui importa realçar a intervenção que a breve trecho irá acontecer no Estádio Municipal e no Complexo das Piscinas Municipais e Campo de Ténis. -----

-----Face ao exposto acresce-me dizer que voto favoravelmente a presente proposta, considerando que está em causa um Orçamento de continuidade mas acima de tudo de responsabilidade e que esperamos de equilíbrio financeiro”.-----

-----O vereador Nuno Oliveira usou também da palavra realçando que “quanto a possíveis intenções comungo com algumas delas por considerar que, logicamente, são desígnios transversais a todos nós e penso que também na maioria dos munícipes. Quando se fala em Complexos Desportivos e até doutro tipo de espaços lúdicos, sou de opinião, que hoje quando falamos em Complexos Desportivos podemos talvez pensar em redimensionar este tipo de infraestruturas num complexo, não só desportivo mas eventualmente conjugado num complexo multiusos que possa abranger outras áreas, lúdica, cultural, desportiva, entre outras. Porém, tal como já aqui foi referido pelos vereadores Graça Silva e Nuno Ribeiro, se por um lado consideram este Orçamento demagógico, por outro quando se propõe aqui a hipótese de construção de um Espaço Multiusos e de um Complexo Desportivo, e tendo nós consciência de que implicaria um investimento de milhões só em termos de infraestrutura, eu diria que não se está a pensar de forma sustentável no investimento necessário para a sua manutenção nos anos seguintes. Daí que era relevante que as pessoas cada vez mais pensassem na importância de discutir a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, porque cada vez mais os problemas ambientais estão a afetar a qualidade de vida, sem esquecer que a conceção de sustentabilidade vai além das questões ecológicas e que pode ser aplicada a qualquer tipo de recurso. Tudo isto, penso que cada vez mais, qualquer estrutura que possa vir a nascer/ crescer, futuramente, tem que estar ao máximo protegida pela sustentabilidade. E daí que são estudos ou projetos que não se fazem de um dia para o outro porque têm que ser salvaguardados em termos de sustentabilidade. Se pudermos diminuir os custos de manutenção relativo a este tipo de imóveis, logicamente que será muito melhor para o meio



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

circunstâncias dos dias de hoje levam-nos a ter algumas precauções e daí, porque ouvi bem, nesse documento é realçado o facto de que *“este Orçamento, pela primeira vez, é um bocadinho mais realista ou que baixou por se aproximar um bocadinho mais da realidade”*. E assim tem que ser. Mas, obviamente que depois no decorrer do texto, foi elencado um conjunto de obras que parece que tinham vontade de o lá colocar. Ora, também há aqui uma certa contradição, ou seja, concordam com o facto de este Orçamento ter baixado mas por outro lado elencam um conjunto de projetos que gostariam de ver inscritos neste mesmo Orçamento. E eu, francamente, também não percebi muito bem essa ordem de ideias, porque face às dificuldades que estamos a viver e também porque não sabemos o que vai acontecer com a taxa de inflação e se a Guerra vai continuar ou não, teremos de ter algumas cautelas. E nisso, não há dúvida nenhuma que este executivo em permanência teve essa consciência em relação a um conjunto de obras e de investimentos que gostaria de trazer para Oliveira do Hospital que estão explanadas nas GOP e que de algum modo acabam por ser também elencadas por vós. Não houve nenhuma obra que tivesse sido apontada nessa declaração e que fosse novidade para nós porque elas estão também referenciadas nos documentos em análise. Há é aqui um desfasamento relativamente àquilo que é o interesse daquilo que gostariam de ver em termos de investimento para o ano de 2023 e que nós estamos a protelar para o ano de 2024, tendo em conta as dificuldades que os municípios estão a ter e cuja preocupação foi já evidenciada pelo Sr. Presidente da Câmara no decorrer da apresentação introdutória deste assunto. Apenas posso solidarizar-me com essa preocupação porque estamos aqui todos os dias e já por várias vezes que este assunto é mencionado nas reuniões de Câmara, em que os senhores vereadores demonstraram também ter noção que a alimentação, habitação, energia e combustíveis, ou seja despesas diárias, têm sofrido constantes aumentos e com valores que não eram registados há muitos anos, e que, certamente é uma preocupação que se reflete neste Orçamento. A preocupação que temos é o rigor e isso nunca nos faltou, quer nos Orçamentos anteriores, quer neste. A preocupação de que se consigam executar com o máximo de rigor as obras em curso e que são de grande dimensão, como é o caso do Campus Educativo, no domínio da Educação, e que procuramos acompanhar quinzenalmente de modo a que o mesmo seja concluído em tempo útil, e ainda o caso das infraestruturas da ESTGOH, que são igualmente elencadas neste Orçamento uma vez que é também uma preocupação deste executivo em permanência criar boas condições para a ESTGOH. Porém, obviamente que também gostaríamos que essa estrutura já estivesse a ser realizada, mas haverá de ser realizada em tempo oportuno. -----

-----Já no que se refere ao domínio da Ação Social lembro que foi inscrito um reforço cuidadoso em termos de investimento e que reflete a consciencialização deste executivo no que diz respeito às dificuldades que as famílias estão a atravessar. -----

-----E face do exposto penso que este Orçamento é um Orçamento que reflete e não compromete este executivo mas que não falha às expectativas dos oliveirenses”. -----

-----Usou ainda da palavra o vereador Nuno Ribeiro que no seguimento da intervenção da vereadora Graça Silva acrescentou que, a seu ver, *“estão em causa documentos previsionais, enquadrados num quadro económico e social que é reconhecido por todos e que uma vez mais desafia o Município de Oliveira do Hospital para tempos difíceis que se avizinham, quando gostaríamos também de poder governar sem termos que estar sempre a ser postos à prova naquilo que diz respeito a desafios que nem sempre têm relação direta com o nosso município mas que ainda assim nos abrangem a todos. Este é um Orçamento que, na minha opinião, vem numa linha de continuidade que espelha também a ambição deste executivo e sobre o qual ouvi aqui com atenção várias propostas. No entanto, se por um lado nos dizem que o Orçamento é elevado ou está*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ambiente, quer em termos de despesas correntes para o próprio município assim como em termos de rentabilização em edifícios públicos já existentes. Por esta razão, tudo aquilo que vier de novo tem que seguir esta mesma lógica e que é diminuir ao máximo os custos de manutenção. Um trabalho que a meu ver terá que ser reforçado a esse nível, previamente, para que depois se disponibilizem esses equipamentos em prol de todos aqueles que pretendam usufruir dos mesmos”.

-----Interveio o Presidente da Câmara que no uso da palavra realçou que “relativamente aos adjetivos usados na declaração lida pelo vereador Francisco Rodrigues, os mesmos, não aconselham resposta ao mesmo nível. E tenho a noção exata da adjetivação usada e ela é deselegante, e portanto, julgo que a adjetivação usada diz mais de quem os profere do que propriamente de quem é visado pelos mesmos. Mas foram usados e sobre isso não responderei ao mesmo nível. Também sei que incomoda que de janeiro a outubro de 2022, o Município de Oliveira do Hospital tenha investido mais de 5 milhões de euros em projetos com financiamento comunitário e que tenha celebrado dois Contratos Programa com o Governo. Que incomoda o facto de este Município ter um projeto de 7,5 milhões de euros aprovados na área de Acolhimento Empresarial Nova Geração para a constituição da Comunidade de Energia Renovável. Isso incomoda mas também é pena que não se queira perceber que este é um processo complexo e novo, que faz parte de um conjunto de dez projetos-piloto a nível nacional. E neste momento já existe um grupo de trabalho a dar início à abertura de um concurso internacional, composto por um conjunto de dez municípios a nível nacional, as respetivas CCDR e o Ministério da Coesão Territorial, para a implementação destes mesmos projetos. Não são questões simples. São questões muito complexas. Incomoda talvez a aprovação de projetos no âmbito do PRR, como seja o Projeto 360 para Regeneração Urbana e para tornar a cidade mais acessível. Incomoda, provavelmente, a aprovação no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário de 900.000 euros para investir precisamente na requalificação de edifícios para pessoas de baixos rendimentos. E depois esquece-se o óbvio. É que fizemos uma candidatura de 2.385.000 euros ao PRR e essa candidatura ainda não foi aprovada. E portanto, só quando houver uma decisão sobre a mesma é que poderão ser desencadeados os procedimentos necessários à contratação pública. -----

-----Sobre a Zona Industrial dizer apenas que vamos concluí-la mas também é preciso dizer o seguinte, provavelmente se o Sr. Dr. Francisco Rodrigues, enquanto colaborador desta Câmara Municipal, tivesse feito o seu trabalho em tempo próprio talvez não houvessem os atrasos que tem havido na obra”. -----

-----O vereador Francisco Rodrigues interrompeu o Presidente da Câmara dizendo que “esta afirmação do Sr. Presidente vai ter que ter uma resposta violenta. Já uma vez lhe disse isto e vai ter que ser hoje”, ao que o Presidente da Câmara lhe respondeu que “as suas respostas violentas não me incomodam absolutamente nada, e portanto, sei a quem é que estava entregue o processo e sei o que é que fez”. -----

-----O Presidente da Câmara prosseguiu realçando que “sobre o completo absurdo do aumento das despesas correntes é preciso ter noção que vivemos um momento de inflação imprevisível, com aumento de despesas correntes que têm impacto na fatura energética. Aumentou a fatura energética, aumentou a fatura dos transportes, aumentou a fatura dos combustíveis e aumentou também a fatura com os recursos humanos, nomeadamente por via da transferência de competências em que o Município passou a ter mais pessoal e mais gastos pelo que falar em mais gastos em despesas correntes diz tudo sobre a credibilidade da análise feita por vós. Mas para concluir e porque muito mais poderia argumentar sobre a apreciação feita, dizer ainda que foi observado o Estatuto do Direito de Oposição e foram acolhidas propostas da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, vertidas no



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

documento assim como foram consultados os outros partidos com assento na Assembleia Municipal. Por último quero manifestar o reconhecimento ao trabalho dos Senhores Vereadores na elaboração do Plano e Orçamento e agradecer aos funcionários deste município e ao Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Mendes, pelo empenho, dedicação e disponibilidade prestada em todo o processo de elaboração destes mesmos documentos. Para concluir acresce dizer que este documento está dirigido a dois objetivos prioritários e que são: Executar os Projetos com Financiamento Comunitário e Apoiar as Famílias. É por aí que vamos e é por aí que seguimos com determinação e com firmeza para atingir os nossos objetivos. Naturalmente que há um conjunto de projetos que foram sinalizados nestes documentos, precisamente para no Quadro da Programação do Portugal 2030 irmos à procura de financiamento como é o caso das instalações da ESTGOH, em que esperamos, de braço dado com o IPC de Coimbra e a ESTGOH, conseguirmos o financiamento para a construção das novas instalações desta Escola Superior, com sede na cidade de Oliveira do Hospital, e que por opção deste executivo em permanência e em total sintonia com o IPC de Coimbra, a opção será por instalar a Escola no centro da cidade, garantindo a proximidade dos alunos à própria cidade e à dinâmica económica e social que a mesma lhes proporciona. Concluo dizendo que este Orçamento foi feito com honestidade e com muita prudência, precisamente por ter sido elaborado em contexto económico e financeiro muito difícil. Difícil para o Município de Oliveira do Hospital e difícil para todos os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra num quadro altamente restritivo num tempo que estamos a viver e que se avizinha para 2023. Porém, em 2023 cá estaremos firmes para cumprir com os nossos objetivos e continuar a pugnar pela aprovação de projetos para o desenvolvimento e progresso do concelho de Oliveira do Hospital". -----

-----Pedi o uso da palavra o vereador Francisco Rodrigues que interveio referindo que “no que se refere à adjetivação usada na nossa declaração, vamos mantê-la e não mudaremos nem uma palavra, contudo tentarei explicar cada uma delas num português mais simples para que assim possam perceber onde queremos chegar”. -----

-----Dirigindo-se ao vereador Francisco Rodrigues o Presidente da Câmara alertou-o “para que tenha respeito pelas pessoas”, ao que o vereador Francisco Rodrigues retorquiu “talvez da sua parte houvesse também essa necessidade e pelos vistos não teve esse cuidado comigo”. -----

-----O vereador Francisco Rodrigues prosseguiu esclarecendo que “quando nós referimos que existe um empolamento no Orçamento de 34.125.000 euros, quando normalmente não se realiza mais de metade, ficamos à espera que nesse empolamento sejam incluídas as intervenções consideradas estratégicas e essenciais para o futuro do concelho, em particular aquelas relativamente às quais já houve ou sinalizados ou já conseguidos os financiamentos externos correspondentes. Veja-se por exemplo o caso do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, que já foi objeto de Protocolo entre as partes intervenientes, foi afirmado estar assegurado financiamento do PRR, então por que razão não há despesa razoável prevista para realizar em 2023 e foi arrastada para 2024?” -----

-----Em resposta o Presidente da Câmara esclareceu que “a situação em apreço foi arrastada para 2024 porque aguarda a abertura de concurso público”, ao que o vereador Francisco Rodrigues notou que “é sempre o mesmo problema, o arrastar das obras enquanto elas podem começar”. -----

-----O vereador Francisco Rodrigues acrescentou que “é a incapacidade desta Câmara em pôr a andar uma empreitada e de fazê-la crescer e é isto que depois põe em causa os financiamentos que estão aprovados. Insiste na sua ideia de não me responder enquanto Vereador e através de remoque



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

dirige-me insinuações enquanto colaborador desta casa. Acho que isso não lhe fica nada bem. É uma indelicadeza que não lhe fica nada bem.”-----

-----Dirigindo-se ao vereador Francisco Rodrigues o Presidente da Câmara insurgiu-se questionando-o: “Mas não é uma indelicadeza fazer os apodos, ou seja, os nomes que chamou aos seus colegas do executivo?”. -----

-----O vereador Francisco Rodrigues em resposta clarificou que “na nossa declaração não há nenhuma intervenção critica ou até irónica relativamente à aprovação de qualquer tipo de financiamento externo. Antes pelo contrário. Se há alguma coisa que me deixa satisfeito é saber que esta Câmara tem capacidade de angariar esses financiamentos e de os executar. O problema é que quando chega a altura de os executar isso não é conseguido. Como aliás estamos a ver nas obras que têm financiamento assegurado há tanto tempo e que ainda estão por resolver. E por isso é que perguntamos, se as tais obras, que foram objeto de financiamento recente, como é o caso da requalificação das Piscinas, o caso do Centro de Saúde e o caso da Comunidade de Energia Renovável”. -----

-----O Presidente da Câmara e o vereador Nuno Ribeiro insurgiram-se contra o exemplo dado pelo vereador Francisco Rodrigues relativamente à requalificação das Piscinas, lembrando que “este processo tem apenas 15 dias”. -----

-----O vereador Francisco Rodrigues disse referir-se ao Orçamento para 2023, questionando: “Se em 2023, sendo 12 meses seguidos, não há previsão para essa obra porquê? Qual é que é a razão?”- -----

-----O vereador Nuno Ribeiro clarificou que “estando a obra inscrita para 2023 pode a mesma terminar nesse ano e faz-se uma correção ao Orçamento. Agora, se a obra só tiver início a meio do ano de 2023 é normal que a mesma se possa arrastar para 2024”. -----

-----O vereador Francisco Rodrigues disse entender que “com essa atitude mais ou menos prudente, relativamente às dificuldades que estamos a viver, era natural que essa resposta fizesse sentido e tivéssemos aqui um Orçamento com um volume mais aproximado à realidade”. -----

-----O vereador Nuno Ribeiro referiu que “foi isso que tentámos fazer”, ao que o vereador Francisco Rodrigues replicou “não, não foi isso que fizeram quando passam de um Orçamento de 35.000.000 euros para 34.000.000 euros, o efeito de empolamento está lá todo na mesma com a agravante que aumentam as despesas correntes e baixam as despesas de capital”. -----

-----O Presidente da Câmara disse que “relativamente ao aumento das despesas correntes já tinham sido apresentadas as explicações necessárias”. -----

-----Dirigindo-se ao Presidente da Câmara o vereador Francisco Rodrigues lembrou que “as despesas previstas com pessoal apresentam uma redução comparativamente a 2021 pelo que não pode alegar aumento de custos com pessoal quando é o próprio Orçamento que faz uma diminuição da previsão dos custos com pessoal. Pode alegar aumento de outro tipo de despesas, como a aquisição de serviços, entre outros. Portanto, não pode dar como exemplo as despesas com pessoal porque estas apresentam-se mais baixas para 2023 do que em 2022. O tal volume dos outros serviços, que é sempre aquela rúbrica que ninguém sabe para que é que serve, porque não tem escrutínio nenhum, aumentou 1.000.000 euros comparativamente a 2022. Estão inscritos nesta rubrica 3.000.000 euros ou 4.000.000 euros e tem que haver aqui uma justificação para esse aumento. Ou há uma possibilidade de desagregar esta rubrica em coisas mais concretas e perceptíveis ou então não se percebe a razão da sua existência. São estas questões que colocamos”.--

-----O vereador Francisco Rodrigues reportou-se ainda à intervenção do Presidente da Câmara e em resposta à afirmação proferida pelo mesmo relativamente à sua ação/ intervenção na compra dos terrenos para a Zona Industrial de Oliveira do Hospital, enquanto colaborador desta Câmara



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Municipal, esclareceu que “já que me invocou como colaborador desta Câmara Municipal que teve a responsabilidade de resolver a compra dos terrenos para a Zona Industrial de Oliveira do Hospital, devo dizer-lhe, se for fazer contas e se tiver essa honestidade intelectual, vai verificar que 95% ou mais dos terrenos necessários para a Expansão Sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, ficaram todos resolvidos. Durante este tempo todo e inclusive o tempo do mandato anterior em que fui retirado dessas funções, ainda só resolveram dois novos processos. Ou seja, neste executivo ainda só foram aprovados dois novos processos em reunião de Câmara, E portanto, digam-me lá se é da minha responsabilidade todos os assuntos que estão por resolver em relação à Zona Industrial de Oliveira do Hospital. Talvez seja responsabilidade de quem não quis resolver as coisas, amigavelmente, e resolveu ir para Tribunal com três processos que em situação normal custariam 75.000 euros e agora custam 600.000 euros. Mas isso não é da minha responsabilidade. É de quem tomou essa decisão. Não tente responsabilizar-me de coisas que não são da minha responsabilidade. Aliás, é uma indelicadeza da sua parte não ser capaz de me responder enquanto Vereador e acaba sempre por me tentar atingir enquanto colaborador e ainda por cima usando argumentos que não correspondem à verdade. Porque se o Senhor cumprisse também a sua missão como eu sempre cumpri a minha, talvez tivesse razão para estar calado em vez de estar a dizer coisas que não deve”. -----

-----O Presidente tomou o uso da palavra e deu por terminada a discussão sobre este assunto, realçando, entretanto, que “o Senhor Vereador não tem autoridade nenhuma para me mandar calar, agora há uma coisa que tanto eu como outros técnicos desta autarquia, incluindo o Sr. Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, sabemos. É que desde que tomei posse na qualidade de Presidente da Câmara têm sido sucessivos os casos bichudos que temos resolvido na Zona Industrial de Oliveira do Hospital. Pendências sobre pendências. E um dia destes fazemos aqui o balanço”. -----

-----Sobre o assunto o vereador Francisco Rodrigues avisou que “pode ser que alguém fique mal visto com isso. E não serei eu de certeza absoluta”. -----

-----Pedi o uso da palavra o vereador Rui Fernandes que interveio referindo o seguinte: “Vou dizer isto, mas numa próxima situação destas, simplesmente abandono a reunião. Sr. Presidente, eu não estou para aturar seja de quem for este tipo de conversas. Se tem alguma coisa a falar sobre o profissionalismo de alguém desta casa, seja agora Vereador ou não, que o diga de uma vez. Andar a lançar suspeições para o ar ...”. -----

-----O Presidente da Câmara interrompeu o vereador Rui Fernandes retorquindo: “Ah, mas podem andar a lançar os apodos que quiserem sobre o Presidente da Câmara. Então, está a brincar comigo ou quê!”, ao que o vereador Rui Fernandes se insurgiu, referindo que “não, não estou a brincar porque eu não costumo brincar e se fosse para brincar não estava sequer aqui a falar. Eu aqui estou a trabalhar porque foi para isso que fui eleito”.-----

----- O vereador Rui Fernandes continuou declarando que em seu entender “se há suspeições que se apurem, agora andarmos sempre aqui a falar sobre isso não faz qualquer sentido. Que se esclareça o que houver para esclarecer. Não faz é sentido andarmos em todas as reuniões a falar sobre estas questões. Seja por um ou por outro, atenção. Acho, é que não faz sentido. E estou a dizer-lhe isto e não é por estar em causa o Francisco Rodrigues, porque também pode ser em relação a si Sr. Presidente. Não tenho problema nenhum”. -----

-----Dirigindo-se ao vereador Rui Fernandes o Presidente da Câmara disse que “nunca o vi muito preocupado com os ataques que me fazem. Aliás, o Senhor Vereador é subscritor de um conjunto de declarações que são impropérios”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- O vereador Rui Fernandes clarificou que “primeiro, não fizemos nenhum impropério e depois o Senhor já teve aqui um vereador da oposição e sabe do que é que ele falava na altura, e se calhar até fez adjetivações piores. Por isso vamos perceber o seguinte, as adjetivações usadas não estão a ferir ninguém. Inclusive, nós referimos algumas questões que o Senhor Presidente da Câmara até veio a constatar que se calhar estão mal vertidas neste Orçamento ou que de alguma forma não estão bem esclarecidas. Agora, eu apenas disse o que disse porque, sinceramente, não faz sentido. Falamos, acho eu, que todos abertamente e penso que não há necessidade dessas coisas. Se há coisas escondidas, e seja sobre quem for, que se fale. Mas que se denuncie de uma vez por todas. E relativamente a isso, muito sinceramente, se acha que estamos a colocar em causa o vosso profissionalismo, não, de todo. Mas como deve compreender, há coisas que, certamente, não faríamos assim e há coisas que entendemos, claramente, que estão mal feitas. Se assim não fosse também não o diríamos. Agora, se entenderam isso como um ataque à honra, claramente que não o é. E nenhum de nós terá problemas de o dizer. E por isso também que não se invoque, de alguma forma, da sua parte, um ataque à honra porque também não o estamos a fazer. É só isto que tenho a dizer. E para que fique claro, a minha postura é sempre a mesma”.-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que “eu não invoquei nenhum ataque à honra, nem pedi nenhuma defesa à honra. Não ponha na minha boca palavras que eu não disse. Foi utilizada nessa declaração adjetivação, que ficará registada em ata, sobre os membros do executivo em permanência e depois de as ler faça uma análise ao texto e à adjetivação que foi usada”.-----

-----Dando por terminada a discussão sobre este assunto o Presidente da Câmara colocou o assunto à votação do executivo.-----

-----**Após análise e submetido o assunto à votação, a Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores Nuno Oliveira, Graça Silva, Nuno Ribeiro e do Presidente da Câmara, e os votos contra dos vereadores Francisco Rodrigues, Sandra Fidalgo e Rui Fernandes, conforme intervenções supra aduzidas sobre a matéria em apreço, aprovar as Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para os anos de 2023/2028; o Orçamento da Receita e da Despesa para 2023 e Plano Orçamental Plurianual; a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2023, conforme documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta ata.**-----

-----Para efeitos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I ao mencionado diploma legal e do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, mais foi deliberado submeter os documentos em apreço à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Ainda sobre este assunto e de harmonia com o disposto nos artigos 8.º e 9.º do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, foi ainda deliberado enviar o documento das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para os anos de 2023/2028; o Orçamento da Receita e da Despesa para 2023 e Plano Orçamental Plurianual; a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2023, ao Conselho Municipal da Juventude de Oliveira do Hospital, para análise e emissão de parecer obrigatório não vinculativo, nomeadamente no que respeita às dotações afetas às políticas de juventude e às políticas setoriais com aquela conexas.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

3 - EMPREITADAS DE "REQUALIFICAÇÃO E REFUNACIONALIZAÇÃO DO COLÉGIO BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS E DA CASA DA CULTURA" E "REQUALIFICAÇÃO DA CASA DA CULTURA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL AO NÍVEL DO INTERIOR E COBERTURA DO EDIFÍCIO DA ANTIGA CASA DA CULTURA" – APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 404, N.º 1 DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

D.I.O.M./DOC.3

-----O Presidente da Câmara apresentou à Câmara Municipal a informação técnica, registada no serviço de gestão documental do município, sob o número 17326, de 30/11/2022, contendo nos termos do disposto no artigo 404, n.º 1 do código dos contratos públicos, proposta de aprovação dos Planos de Trabalhos para reinício das empreitadas supra identificadas, para deliberação do executivo municipal.-----

-----Ainda sobre este assunto o Presidente da Câmara explicou que “este documento foi terminado hoje mesmo e entregue a todos os membros do executivo, inclusive a mim próprio, pouco tempo antes do início da presente reunião. Foi um trabalho desenvolvido nos últimos dias com a minha intervenção e a intervenção do Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças e do Engenheiro Fernando Vicente. E portanto, se este documento chegou tarde, chegou tarde a todos para poder ser analisado de forma clara e transparente. Esta é a justificação para o atraso na entrega deste documento”. Garantiu que todos receberam este documento à mesma hora. -

-----Usou da palavra o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças que confirmou a informação ora prestada pelo Presidente da Câmara.-----

-----Prosseguindo a sua intervenção, o Presidente da Câmara esclareceu ainda que “a obra em questão foi objeto de três empreitadas, duas com a CIP (concurso público inicial e consulta prévia posterior) e com a ILC (concurso público). Por vicissitudes várias, do conhecimento da Câmara, as empreitadas a cargo da CIP não foram concluídas nos prazos fixados e a da ILC não teve ainda início. No decorrer do processo constatou-se a interligação necessária das empreitadas a cargo da CIP com a da ILC sendo que o caderno de encargos desta última fixava expressamente a necessidade dessa conjugação. Decorreu assim um conjunto de reuniões que envolveram os decisores, técnicos e proprietários das empresas visando o reinício das obras iniciais em conjugação com a última empreitada. Conseguiram-se agora concertar posições técnicas pelo que se propõe na presente reunião a aprovação do necessário plano de trabalhos a notificar ao empreiteiro CIP, sendo que o do empreiteiro ILC já está devidamente acautelado. Vai assim ser fixado um prazo de noventa dias para a conclusão de todos os trabalhos o que levou à elaboração de um processo de reprogramação da obra junto do Programa Operacional Regional Centro – Portugal 2020”. Concluiu dando nota que “a empresa ILC já está nas instalações em questão desde o dia 15 de novembro pelo que a obra entrará em curso já na próxima semana”.-----

-----A solicitação do Presidente da Câmara interveio a vereadora Graça Silva que no uso da palavra deu conhecimento à Câmara Municipal que “de facto, desde novembro que têm sido realizadas reuniões técnicas de acompanhamento de todo este processo, dado que o mesmo envolve a execução simultânea de duas empreitadas coligadas à mesma obra. É uma obra que tanto ansiávamos, e portanto, para mim, enquanto Vereadora da Cultura, é uma situação que não me deixa confortável como também devem imaginar. Não foi nem está a ser um processo fácil, porém, acreditamos que esta decisão é a melhor solução que encontramos para resolver o problema destas empreitadas. É sem dúvida um espaço que há muito ansiamos, e que, certamente dará um excelente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

contributo para o desenvolvimento da cultura no concelho de Oliveira do Hospital. Também, se assim não fosse, este não seria sequer um projeto pensado e/ ou construído, pelo que certamente vai ser uma mais-valia para a nossa cultura”. Concluiu a sua intervenção agradecendo ao Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças pelo apoio, dedicação, empenho e disponibilidade prestadas, deixando um especial agradecimento ao Engenheiro Fernando Vicente que tudo tem feito para acompanhar com total esmero, dedicação e esforço o evoluir da situação. Desejou, entretanto, que “esta situação seja efetivamente resolvida com o concluir da obra a 17 de março de 2023, para que, brevemente, todos possam usufruir daquele espaço cultural”. -----

-----Pedi o uso da palavra o vereador Francisco Rodrigues que interveio referindo que “o Sr. Presidente da Câmara teve alguma necessidade de justificar o facto deste documento só nos ter sido entregue agora mesmo, alegando inclusivamente que o próprio e os senhores vereadores também só agora tiveram conhecimento do mesmo. Agora, não posso é ignorar o que está escrito no último parágrafo da informação técnica em análise, elaborada pelo Engenheiro Fernando Vicente e que diz *“Na sequência das reuniões realizadas entre a adjudicatária CIP – Construção, S.A., a Câmara Municipal e os Serviços Jurídicos foram concertadas posições que permitem o reinício das empreitadas, sendo para tal necessário aprovação do presente Plano de Trabalhos, a notificar adjudicatária”*. Ou seja, há decisões que já foram tomadas e há posições que já foram assumidas. E portanto, parte-se do princípio que essas posições, ignorando completamente os elementos da oposição são aquelas que vão ser implementadas, independentemente daquilo que nós decidimos. Num órgão democrático, independentemente da representatividade, seria normal, que tendo todos nós consciência da particularidade que esta situação tem, porque todos nós conhecemos o que se tem passado até agora com esta empreitada que justificariam que da vossa parte houvesse uma tentativa de conciliação com os elementos da oposição no sentido de encontramos uma solução, que não ignorando os problemas que estão no passado, permitissem ultrapassar a situação e passar ao presente e ao futuro com alguma salvaguarda do interesse público daquilo que realmente a comunidade oliveirense está à espera que aconteça. Ora, nada disso aconteceu o que diz bem do sentido democrático e de respeito que V.^a s Ex.^a s têm tido com os vereadores eleitos pela Coligação PPD-PSD/CDS-PP, relativamente a esta e a tantas outras matérias. Nós não existimos e vimos aqui apenas para aprovar se estivermos de acordo ou para não aprovar e os membros do executivo em permanência convivem tranquilamente com isso. Acho que isto não é forma de lidarmos com esta situação. Não é forma de trazer um assunto deste melindre apenas com esta simplificação, a uma reunião destas, em que o papel é entregue na hora de iniciarmos a reunião, sem nenhuma oportunidade de aprofundar a situação e depois não nos é dito nada relativamente àquilo que verdadeiramente interessa nesta empreitada. Lembro que por exemplo existe uma deliberação de 03/10/2019, em que já passaram três anos, que diz o seguinte: *“ A Câmara Municipal, constatando que: nunca converteu em definitiva a sua deliberação de 7 de fevereiro de 2019 relativa ao 1.º pedido de prorrogação de prazo, não se pronunciou quanto o 2.º pedido de prorrogação e tem agora em apreciação o 3.º, sendo que já deu entrada nos serviços um 4.º pedido; a empreitada tem decorrido, com o incumprimento pelo adjudicatário do plano de trabalhos ajustado à data da consignação aprovado pela Câmara Municipal sob proposta daquele, sem qualquer suspensão do prazo de execução quer pedida pelo adjudicatário quer imposta pelo dono da obra, tendo assim o mesmo sido prorrogado de forma tácita; deliberou, por unanimidade, considerar que o prazo decorrido e a decorrer de 3 de dezembro de 2018 até 30 de outubro de 2019 o foi a título de prorrogação graciosa tácita e autorizar a prorrogação até à conclusão dos trabalhos consignados com aplicação de sanção contratual por cada dia de atraso em valor correspondente a 1 (por mil)*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

do preço contratual, com início no dia 1 de novembro de 2019, nos termos do disposto no artigo 403.º daquele diploma e da cláusula 11 do Caderno de Encargos. Foi igualmente deliberado proceder à audiência prévia do adjudicatário, por escrito, nos termos do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.”. Ou seja, à aplicação de uma multa aplicada ao empreiteiro no dia 03/10/2019, que vigoraria a partir de 01/11/2019, e não há nesta proposta que hoje nos foi apresentada que diga como é que se resolve este problema. Qual é que é a solução para o problema da aplicação da multa, que já ultrapassa em muito o valor da própria empreitada? O que é que está decidido com o empreiteiro relativamente a esta questão? Como é que pura e simplesmente se ignora tudo o que já se passou até agora? Já se passaram dois anos e meio depois de esta prorrogação ter sido concedida, e não aconteceu nada, e agora, como se nada tivesse acontecido e sem qualquer memória histórica do que se passou, vamos continuar as obras e elas terão que estar prontas a 17 de março de 2023, como se esta data tivesse algum significado especial”.

-----Relativamente ao prazo fixado para a conclusão das obras (17/03/2023) os membros do executivo em permanência clarificaram que “o prazo fixado para o término da obra foi calculado tendo como princípio o último pedido de prorrogação do prazo da obra apresentado pela empresa, de 90 dias”.

-----O vereador Francisco Rodrigues continuou a sua intervenção perguntando: “O que é que aconteceu até agora que impediu e que vai acontecer agora com esta proposta, que não tivesse acontecido há muito mais tempo? Quais foram as circunstâncias novas que, entretanto, surgiram que deram lugar a que este entendimento se fizesse e não se fizesse antes? É isto que eu não consigo compreender. Que é, como é que se resolve o problema das decisões que foram tomadas antes, que têm efeitos e que têm reflexo e consequências, quer com a mão-de-obra quer com o empreiteiro, nomeadamente em relação à questão da multa e porque é que isto que agora está decidido que vai acontecer, vai acontecer agora e não aconteceu antes? O que é que aconteceu de novo para justificar isto e que não permitiu que acontecesse antes? Como sempre, vimos aqui para tomar conhecimento e não participamos da decisão. Nós temos uma posição muito clara sobre este assunto e que é “isto já não tem ponta por onde se pegue”. Já o dissemos antes e continuamos a dizê-lo “esta empreitada não tem ponta por onde se lhe pegue”. Quando o dono da obra, que é a Câmara Municipal, aplica uma multa, permite que o prazo que decorreu após a aplicação dessa multa seja já ele superior ao valor da multa a ultrapassar o valor da empreitada eu pergunto como é que pacificamente se põe a obra a andar novamente como se nada disto tivesse sido decidido. Então mas esta deliberação não conta? Foi revogada por alguém? Foi contrariada por alguma entidade superior à própria Câmara? Não foi. Portanto, esta deliberação tem que ser aplicada. O empreiteiro tem que vir dizer primeiro como é que faz à multa para depois então ser colocado novamente a executar a obra. A menos que essa deliberação sirva para fazer esquecer essa obra. Ora, eu não me esqueço. As decisões que aqui são tomadas têm responsabilidades em termos patrimoniais e pessoais, para cada um de nós, e portanto, sou completamente contra esta decisão que aqui está e do modo como ela nos está a ser apresentada. E mais, a seguir a esta reunião de Câmara, este assunto vai ser enviado para o Ministério Público porque isto já não tem ponta por onde se lhe pegue.”

-----Em resposta interveio o Presidente da Câmara frisando que “o tom de ameaça também é uma tática”.

-----O vereador Francisco Rodrigues disse “não se tratar de uma ameaça mas que efetivamente todos os dados que tem na sua posse, sobre este assunto, iriam ser enviados para o Ministério Público”.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- Dirigindo-se ao vereador Francisco Rodrigues, o Presidente da Câmara continuou referindo que “o Senhor toma as suas decisões e faz aquilo que entender”, clarificando o seguinte: -----

-----“Primeiro, desde que sou Presidente desta Câmara Municipal tenho sido, sucessivamente, questionado e pressionado sobre a questão da Casa da Cultura. E de forma cautelosa tenho dito que optamos pela via negocial, pela via do entendimento, juntos dos dois empreiteiros, para que regressassem em coabitação no mesmo espaço para concluírem a obra. Foi dito aqui e foi sempre a posição publicamente aqui assumida perante o executivo, que era essa a posição da Câmara Municipal. -----

-----Segundo, a justificação que é vertida no parágrafo da informação técnica supra e que aqui foi destacado pelo vereador Francisco Rodrigues, regista exatamente aquilo que aconteceu. Ou seja, as várias reuniões que houve para promover o regresso à obra. Não está nada concertado. Não está nada combinado. Não há aqui nenhuma suspeita. O objetivo foi claramente evitar a posse administrativa da obra como muitos propunham. Nada mais foi do que conversar com os empreiteiros para que se entendessem e regressassem à obra, como foi desde o início intenção da Câmara Municipal. Chegados aqui, a proposta em análise significa que os empreiteiros em questão estão dispostos a regressar à obra, à qual já se deslocaram para verificar as condições existentes para o reinício dos trabalhos, com a expectativa que de acordo com este novo plano de trabalhos, a obra possa efetivamente estar concluída nos três meses propostos. -----

-----No que se refere à questão das multas, a seu tempo trataremos aqui esse assunto para ser debatido. É o que posso dizer.” -----

-----Usou da palavra o vereador Francisco Rodrigues que interveio notando que “era suposto é que esse assunto fosse debatido em simultâneo com esta proposta”. -----

-----O Presidente da Câmara clarificou que “a presente proposta visa a aprovação do Plano de Trabalhos para o reinício das obras”, ao que o vereador Francisco Rodrigues referiu que “a aprovação do plano de trabalhos pressupõe uma autorização desta Câmara Municipal para que a obra se reinicie”. -----

-----O vereador Francisco Rodrigues continuou questionando o Presidente da Câmara sobre “como é que se permite a um empreiteiro, sobre o qual impende a aplicação de uma multa, que entretanto já atingiu um valor completamente absurdo, simplesmente reinicie a obra no incumprimento daquele ónus? Ou seja, vem uma decisão para que o empreiteiro reinicie a obra e a outra decisão que não é de somenos importância, fica para depois. E depois queixam-se das minhas adjetivações”. Mais referiu que “nas obras até 750.000 euros, o Sr. Presidente da Câmara tem o direito de concertar as posições que entender e assumir com os empreiteiros as decisões que bem entender relativamente ao desenvolvimento das obras. Agora, nas outras pode fazê-lo porque diz ter uma maioria, mas no ponto de vista democrático não o deveria fazer sem que todo o órgão que tem legitimidade para tomar decisões sobre essas empreitadas, se pronunciasse também. Quando se diz que “foram concertadas posições” é porque já existem decisões mais ou menos tomadas, falta apenas o formalismo de vir à reunião de Câmara. Acho que ficava bem ao Sr. Presidente da Câmara envolver qualquer um dos membros da oposição, à minha exceção, uma vez que até nem faço questão de ser eu, pois delegaria essa função no Vereador Rui Fernandes que tem formação académica e experiência profissional mais do que suficiente para estar à altura e de ajudar a acompanhar esse tipo de decisões. Não o fizeram e resolveram decidir sozinhos, pois muito bem, estão no vosso direito”. -----

-----O Presidente da Câmara solicitou ao Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças que reforçasse a sua intervenção com a prestação de esclarecimentos adicionais tidos por



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

necessários para melhor compreensão e interpretação do assunto em análise, nomeadamente no que se refere à intervenção dos Irmãos Lopes e Cardoso (ILC). -----

-----O vereador Francisco Rodrigues dirigindo-se ao Presidente da Câmara dispensou a intervenção do Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças para explicações adicionais, realçando que “não preciso dessa explicação porque assim está a fazer de mim burro e eu não sou burro”, ao que o Presidente da Câmara se insurgiu perguntando àquele autarca “por que razão, sistematicamente, insiste em desviar o raciocínio das pessoas e depois queixa-se de falta de informação”. -----

-----No seguimento da afirmação proferida pelo vereador Francisco Rodrigues interveio o vereador Nuno Oliveira que no uso da palavra disse entender que “conforme outras pessoas argumentam que não querem que as estejam a chamar de “burros”, expressão dita pelo vereador Francisco Rodrigues, quando eu e acredito que qualquer um de nós que aqui estamos jamais o chamaria, também, em agosto e até sobre este tipo de discurso, já o vereador Francisco Rodrigues nos estava a chamar de “incompetentes”. E isto é importante que se diga. E recorro que estamos aqui sete pessoas que nada têm a ver com o exercício anterior em termos de executivo. Porque este é um novo exercício. Houve um passado e poderão estar aqui pessoas que incorporaram o executivo passado, mas outras não o integraram. E volto a repetir que em agosto, o senhor vereador Francisco Rodrigues já nos chamava de incompetentes em relação à temática desta obra. Como tal, já estava a passar-nos um atestado de incompetência, o tal atestado que você não gosta, nem eu gosto que lhe passem a si ou a qualquer pessoa”. -----

-----O vereador Francisco Rodrigues perguntou: “E qual é que é o mal disso?”. Afirmou ainda que “prefiro que me chamem de incompetente do que ponham em causa a minha dignidade/honestidade”. -----

-----O vereador Nuno Oliveira disse considerar que “não vale a pena estarmos aqui a ironizar”, realçando que “o que é importante aqui relevar, é que não podemos, em determinados momentos, estar aqui a «vítimizarmo-nos», quando depois, noutra situação, procuramos passar a figura de que os “maus da fita são os outros e as vítimas somos nós”, mas depois em contrapartida e porque nos interessa as coisas já não são bem assim. Ou seja, o senhor vereador Francisco Rodrigues não gosta que ponham em causa a sua dignidade/honestidade, como referiu, mas já em agosto, a estas quatro pessoas que aqui estão no exercício deste novo mandato, nos estava a chamar de “incompetentes”. Isto é, disse isso dez/onze meses após a nossa tomada de posse. Acredito que qualquer um de nós no seu exercício tenta sempre zelar pelo máximo no que se refere ao sentido de representatividade, agora, a opinião é de cada um e cada um faz a política à sua maneira, como se tem visto, mas acho que esta deve ser feita, mais do que tudo, com elevação. E não nos tentem passar-nos atestados. As pessoas que aqui estão, estão a preparar o ciclo de desempenho eleitoral para quatro anos, e de repente, avulso, porque não foi aqui isso também dito, mas sim para a opinião pública, para a comunicação social, o dito julgamento em praça pública, porque infelizmente é essa jogada das tais pessoas que vêm para aqui dizer que querem o bem, que zelam pela elevação, que não estão contra ninguém nem criticam ninguém, mas depois, de forma avulsa, proferem palavras em discursos de entrevistas, equivalentes ao subjugar, ao menosprezar seja lá o que for. Contudo, não vejo uma opinião positiva sobre algo que este executivo em permanência tenha feito até agora. E fazer oposição também é elogiar quando necessário as coisas tomadas que se fizeram bem. Mas não. Agora eu também sei qual é que é o vosso jogo de palavras e o objetivo das mesmas, e também me vou percebendo cada vez mais desse jogo. Por isso, e tal como já aqui referi várias vezes, haja, mais do que tudo, honestidade intelectual e que esta seja transversal a todos. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Usou ainda da palavra o vereador Rui Fernandes declarando que “eu já disse o que tinha a dizer e é transversal a cada um de nós, como disse há pouco. Somos todos adultos, temos honestidade intelectual suficiente para nos tratarmos de uma forma diplomática e pelo menos com o respeito que este órgão merece. E foi sempre isto que eu disse, nem nunca me comportei de forma diferente, porque quando assim não for agradeço que me chamem de imediato à atenção para que me corrija e pedir desculpa. Quanto a este assunto tenho apenas a dizer que não é a primeira vez que os Vereadores desta Coligação elogiam aqui alguma decisão do executivo. Já elogiámos algumas. Já por várias vezes felicitámos o executivo em permanência por decisões que tenham sido tomadas e sobre isso não precisamos dessa lição de moral. Não precisamos dela. Agora, há uma coisa, quando falamos em entrevistas, aproveito para recordar que o Sr. Presidente da Câmara numa entrevista recentemente cedida à TVI, alegou que o problema desta obra estava “na ligação de uns cabos entre os dois edifícios”. Ou seja, vamos ser realistas, o problema desta empreitada foi só um. Para que a empreitada fosse encaixada em determinado valor, foram retirados certos trabalhos, e depois quando chegou a altura de lançaram o concurso para a execução desses mesmos trabalhos ninguém estava era à espera que outra empresa viesse a concorrer que não fosse a CIP – Construção, S.A. Vamos ser sinceros e honestos naquilo que aconteceu. Porque foi isto que aconteceu. E temos um problema em mãos que precisamos de resolver. Agora, apesar da minha formação (Engenheiro Civil) não sou melhor nem pior do que ninguém e também não faço questão de estar a dar lições a quem quer que seja porque os técnicos desta casa são competentes. Acho é que quando quiseram que façamos parte de uma solução, chamem-nos e não teremos qualquer problema em o fazer. Por isso o que se passou foi isto. Houve aqui uma falha. Alguém tomou uma decisão no passado (2016) e agora estamos todos a apanhar com os estilhaços disto tudo. Que se resolva. Mas há uma coisa que não posso deixar de relevar. Na realidade existe uma deliberação de Câmara que obriga a que se aplique uma multa e aquilo que hoje nos trazem é um plano de trabalhos que nem sequer foi feito pela empresa adjudicatária e nem sequer sabemos se a mesma aceita, porque não temos aqui essa informação. O que consta desta informação está vertido na Lei e se lerem a informação do Engenheiro Fernando Vicente é isso que lá está escrito. A meu ver, tudo isto exige um outro cuidado documental porque isto tem implicações. Pessoalmente, não concordo, genericamente, com a aplicação de multas e se for possível resolver as coisas a bem, que se resolvam. Acredito plenamente que a Senhora Vereadora Graça Silva envidou todos os esforços para inverter e resolver esta situação. Porém, isto tem implicações legais e por essa razão não podemos tratar deste assunto com esta ligeireza com que está transcrita neste documento. E é isto que nos incomoda. Não é que não se resolva. Porque todos nós queremos que se resolva. Mas cabe a este executivo em permanência e a nós, votar contra ou favor, para que este assunto seja resolvido de uma vez por todas. Mas para ser resolvido não pode ser com esta ligeireza. Tem que haver algo mais que sustente e fundamente este plano de trabalhos. Obviamente, que face ao exposto não vou votar favoravelmente a presente proposta. Contudo, não estou com isto a querer dizer que a solução não possa ser a melhor, porém, com este documento, acho que nenhum de nós, sem mais dados na nossa posse, pode avaliar de uma forma correta e em consciência votar a favor. Estamos cá para ajudar e para colaborar mas obviamente que sem documentos não o podemos fazer.”-----

-----O vereador Francisco Rodrigues retomou o uso da palavra acrescentando que “tendo consciência que este assunto é demasiado melindroso eu gostaria de poder ter participado numa solução para aquele problema. Infelizmente não nos foi proporcionada a oportunidade de participar nessa solução. É-nos quase imposto que participemos nesta coisa que aqui está. Nesta coisa que aqui está eu não participo”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores Nuno Oliveira, Graça Silva, Nuno Ribeiro e do Presidente da Câmara, e os votos contra dos vereadores Francisco Rodrigues, Sandra Fidalgo e Rui Fernandes, conforme intervenções supra aduzidas sobre a matéria em apreço, concordar com o preconizado na informação supracitada, aprovando os Planos de Trabalhos para o reinício das empreitadas supra mencionadas, conforme documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta ata e consequentemente notificar a empresa adjudicatária das mesmas, CIP Construção, S.A., que de acordo com os Planos de Trabalhos ora aprovados, dispõe de um prazo de 90 dias para a execução dos trabalhos em falta, definindo para data dos reinícios dos trabalhos o dia 19 de dezembro de 2022 e para a sua conclusão a data limite de 17 de março de 2023. -----

4 - EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - LOTE A" - REVISÃO DE PREÇOS -----

D.I.O.M.

-----O Presidente da Câmara informou a Câmara Municipal que na sequência do pedido de revisão extraordinária de preços apresentado pela adjudicatária foi dada resposta técnica ao mesmo com propositura de aplicação do coeficiente 1.1 ct, posição aceite pelo empreiteiro o que permitiu a consignação da empreitada. Mais referiu que tendo presente por um lado que a revisão só operará à medida que os trabalhos forem executados e admitindo-se a extemporaneidade do pedido apresentado pelo empreiteiro, será presente numa próxima reunião novo pedido a formular pela adjudicatária, já com a propositura de aplicação do coeficiente 1.1 ct acompanhado na necessária informação técnica. Quanto às tabelas analisadas naquela reunião esclareceu que de 2017 a 2021 as mesmas não sofreram alterações, tendo sido apenas atualizadas em janeiro de 2022, conforme documentos enviados no pedido de revisão extraordinária.-----

-----Sobre o assunto interveio o vereador Francisco Rodrigues, que reiteradamente manifestou a sua estranheza pelo facto de este assunto estar hoje a ser apresentado em reunião de Câmara, afirmando que não foi isso que depreendeu da deliberação que foi tomada na última reunião sobre este mesmo assunto. -----

-----A solicitação do Presidente da Câmara interveio o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças que prestou os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação da informação supra transcrita, salientando que no seguimento da deliberação anterior, esta informação tem apenas como objetivo dar conhecimento à Câmara Municipal do ponto de situação relativamente a este assunto. -----

-----O Presidente da Câmara acrescentou garantindo que "a intenção é pura e simplesmente fazer um ponto de situação sobre o assunto em título, uma vez que na reunião anterior ficou assente que traria o mesmo à reunião de hoje para deliberação. Porém, como tal não foi possível, explicou que apenas trouxe esta informação para que todos possam perceber por que razão é que este assunto não foi agendado para deliberação. Reiterou ainda que no seguimento do debate tido sobre esta matéria em reunião anterior, apenas está a dar conhecimento à Câmara Municipal de que ainda não foi formalizada qualquer proposta que possa ser objeto de deliberação por parte desta Câmara Municipal relativamente a esta matéria. -----

-----Interveio o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças dando nota que no que se reporta às tabelas de 2017 a 2021, analisadas naquela reunião, e segundo a informação do Sr.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Engenheiro Fernando Vicente, as mesmas não sofreram alterações, tendo sido apenas atualizadas em janeiro de 2022. -----

-----O vereador Francisco Rodrigues mostrando-se ainda um pouco confuso perguntou então se este assunto era para ser retirado da ordem do dia, ao que o Presidente da Câmara respondeu que não, clarificando uma vez mais que “esta informação foi apresentada apenas a título informativo”. -

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente ata em minuta. -----

-----**CONCLUSÃO DA ATA**-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara encerrada a reunião, pelas **treze horas e quinze minutos**, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada pelo Sr. Presidente da Câmara. E eu, João Manuel Nunes Mendes, a redigi e subscrevi. -----

Presidente da Câmara

Diretor do D.A.G.F.



REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DE 30
DE NOVEMBRO DE 2022

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

**Documentos anexados ao final desta ata ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Por serem extensos, os documentos anexos à presente ata encontram-se para consulta no Serviço de Atas.

